

Eficiência do Setor Bancário Público Brasileiro no Período Recente: 2008-2013

Fernando da Silva Vinhadoⁱ

Após o Plano Real, o sistema bancário brasileiro sofreu forte reestruturação. Isso levou à necessidade de saneamento e transferência de controle dos bancos públicos estaduais. No caso dos públicos federais, conforme Lima e Ferreira (2012) enfatizam, buscou-se uma atuação composta por objetivos voltados ao desenvolvimento econômico-social, mas com competitividade e eficiência microeconômica característica do setor privado.

De fato a quantidade de bancos estaduais foi reduzida e os grandes bancos públicos federais passaram a ser melhor percebidos em termos de participação de mercado e lucratividade.

Por outro lado, cabe enfatizar, a partir das considerações de Vidotto (2005), que apesar da crescente incorporação de critérios privados de gestão nas instituições públicas brasileiras, em teoria, a razão de existência da participação estatal no setor bancário seria decorrente das falhas de mercados ainda presentes no mercado financeiro brasileiro. Sob esses pretextos observou-se recentemente um conjunto de medidas anticíclicas com uso das instituições públicas federais para atenuar os efeitos da crise americana, bem como outras ações intervencionistas sobre taxas de juros e tarifárias, ampliando a influência estatal nos bancos federais.

Este trabalho avalia a eficiência dos bancos públicos no país e, para tanto, foi calculado semestralmente, entre 2008 e 2013, o score de eficiência para as 20 maiores instituições financeiras atuantes no Brasil, mediante uso da Análise Envolvória de Dados (DEA), na dimensão de rentabilidade descrita por Paradi et al (2011), que expressa a habilidade do banco de converter gastos em receitas.

A abordagem proposta considerou retornos constantes de escala (CCR) e utilizou como inputs as despesas administrativas, financeiras e o risco de crédito, e como outputs as receitas financeiras e de prestação de serviços. Após o cálculo das eficiências técnicas, foram estimadas regressões em MQO e GLS a partir de dados organizados em painel, computando a eficiência como regressando contra variáveis quantitativas e qualitativas, baseadas em Wanke e Barros (2014).

Os gráficos 1 e 2 retratam, por meio de diagramas de caixa, o comportamento semestral das eficiências técnicas calculadas para os grupos de bancos públicos e privados.

GRÁFICO 1 – BANCOS PÚBLICOS

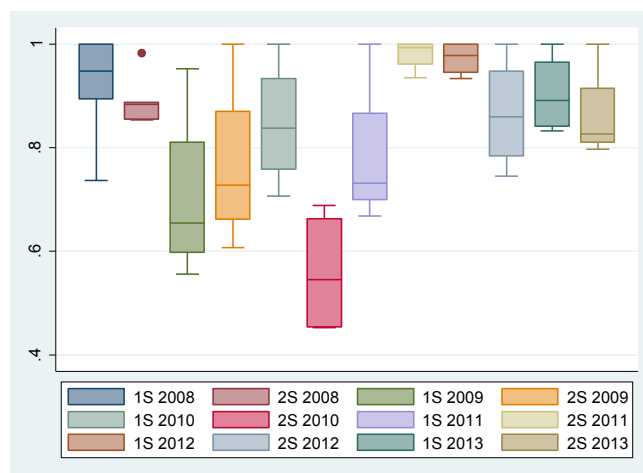
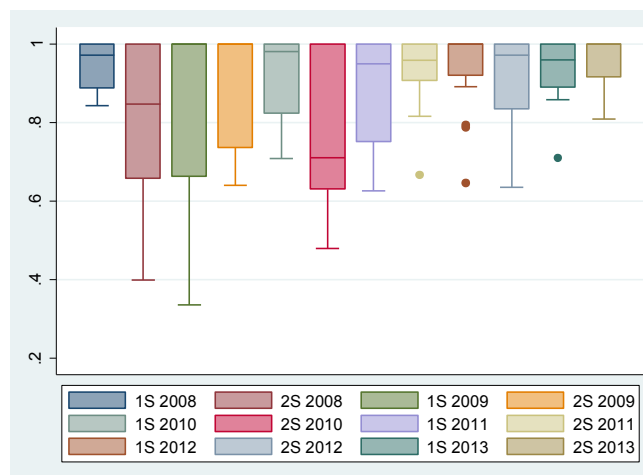


GRÁFICO 2 BANCOS PRIVADOS



A análise das eficiências calculadas, mediante inspeção dos diagramas de caixa, sugere maior dispersão e menor mediana para a eficiência técnica dos bancos públicos, comparativamente às instituições privadas, bem como quedas pontuais no padrão de eficiência do sistema, com destaque negativo para o primeiro semestre de 2009 e segundo semestre de 2010.

Os resultados do segundo estágio da pesquisa estão reportados na Tabela 1, sendo que a presente estimação considera os scores de eficiência calculados através do DEA como regressando, contra regressores que retratam características dos bancos em público ou privado, federal ou não, estrangeiro ou não, adquirente ou não de participações em outras instituições e o tamanho do banco em ativos. Destaca-se que a opção em estimar em efeitos aleatórios

decorreu do resultado do teste de Hausman que com p-valor igual a 0,1263 não rejeitou a hipótese nula de que as estimativas em GLS são consistentes.

TABELA 2 – ESTIMATIVAS PARA EFICIÊNCIA BANCÁRIA

	MQO	GLS
Constante	1,4169 *** (0,1251)	1,2996 *** (0,1742)
Banco Público	-0,0674 * (0,0400)	-0,0419 (0,0575)
Banco Federal	0,0210 (0,0454)	-0,0098 (0,0672)
Banco Estrangeiro	-0,0314 (0,0207)	-0,0236 (0,0305)
Aquisição	-0,0690 * (0,0391)	-0,0691 * (0,0371)
Aquisição Federal	0,0692 (0,0685)	0,0601 (0,0671)
Tamanho do Banco em Ativos	-0,0647 *** (0,0161)	-0,0497 ** (0,0225)
Observações	239	239
R ²	0,1218	0,1190
Prob > F / chi ²	0,0000	0,0357

***, ** e * denotam significância estatística a 1%, 5% e 10%, respectivamente.

Os coeficientes estimados para a variável “Banco Público” na modelagem em MQO apontaram os bancos públicos como menos eficientes, enquanto a regressão em GLS não ofereceu nível de significância estatística que corrobore essa habitual percepção de pior padrão de eficiência pelos estatais.

Em ambos os modelos observa-se, a partir do coeficiente negativo estimado para a variável “Aquisição”, que os recorrentes negócios envolvendo compra de participações entre bancos têm prejudicado a eficiência da instituição no período do negócio.

Por fim, as estimativas apontaram que, dentro da amostra em estudo, os menores bancos apresentaram maiores níveis de eficiência técnica.

Assim, conclui-se que os achados contribuem para a melhor compreensão do perfil recente de eficiência bancária no Brasil e para inferir que, embora os bancos públicos aparentemente estejam cumprindo a estratégia prevista na ocasião da reestruturação do sistema em termos de manter padrões de eficiência comparáveis com os do setor privado, em geral, as instituições não governamentais ainda se mostraram mais eficientes do que os bancos públicos.

Referências

LIMA, I.S.; FERREIRA, D.Q.G. A participação estatal no sistema bancário brasileiro: uma análise do período 1996-2006. Planejamento e Políticas Públicas. v.39, n.02, p.09-36, jul./dez 2012.

PARADI, J.C.; ROUATT, S.; ZHU, H. Two-stage evaluation of bank branch efficiency using data envelopment analysis. Omega. v.39, n.01, p.99-109, jan.2011.

VIDOTTO, C. A. Reforma dos bancos federais brasileiros: programa, base doutrinária e afinidades teóricas. Economia e Sociedade. v.14, n.01, p.57-84, jan./jun 2005.

WANKE, P.; BARROS, C. Two-stage DEA: An application to major Brazilian banks. Expert Systems with Applications. v.41, n.01, p.2337-2344, 2014.

ⁱ Mestre e doutorando em Economia pela Universidade Católica de Brasília (UCB).